

A ESCOLARIZAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ASSENTAMENTO  
RURAL DO SUDOESTE PAULISTA  
(1984 - 2004)<sup>1</sup>

Edvaneide Barbosa da Silva – PPG-USP

UMA BREVE HISTÓRIA DO LUGAR <sup>2</sup>

A Fazenda Pirituba pertencia à Companhia Agropecuária Angatuba até 25 de março de 1950, mas foi recebida pelos bancos oficiais por execução de hipoteca, porque a Companhia não tinha como saldar suas dívidas. Assim, o governo estadual se tornou proprietário da fazenda com o objetivo definido por lei de torná-la uma área produtora de trigo. O governador Adhemar de Barros fez um contrato com engenheiro agrônomo Lino Vicenzi garantindo financiamentos e a concessão do uso da terra. Porém, o acordo não foi cumprido e as terras foram arrendadas a parentes e amigos do engenheiro. Em 1962, no governo de Carvalho Pinto tentou-se reaver a fazenda, mas não conseguiu recuperar toda a área. Muitas outras tentativas foram realizadas pelo governo do Estado no sentido de recuperar a totalidade da área, no entanto todas sem sucesso.

É nesse panorama de tentativas governamentais frustradas que, em 1981, durante o governo Paulo Maluf, um grupo de 40 famílias de agricultores que não possuíam terras, organizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e por sindicatos rurais da região, decidiu ocupar as áreas de um descendente de Vincenzi, arrendadas irregularmente e utilizadas até aquele momento para criação de gado leiteiro e de corte. Em maio do mesmo ano, essas famílias montaram acampamento no meio da fazenda. Sofrendo constantes ameaças de antigos ocupantes da terra e seus jagunços, quatro meses

depois, foram expulsas com a ajuda da polícia. A situação das áreas permaneceu irregular.

Com as lutas pela redemocratização do país, o governo estadual, nas eleições de 1982 foi ocupado por Franco Montoro que possibilitou novas perspectivas para a questão agrária no Estado de São Paulo. O governador paulista nomeou José Gomes da Silva, Secretário da Agricultura, implantando um projeto de regularização fundiária para o Estado de São Paulo, abrindo alternativas para o caso da fazenda Pirituba. Formou-se então um grupo de trabalho, iniciando-se uma série de vistorias, medidas administrativas e judiciais visando a regularização das áreas.

Mesmo assim, ocorreram outras ocupações e despejos até 13 de maio de 1984 quando ocorreu a ocupação definitiva da área com aproximadamente 200 famílias. Diante de um conflito eminente, o governo entrou com medida cautelar e tomou posse da área ocupada. Iniciava-se dessa forma, a fixação de 180 famílias nas áreas 1 e 2. O projeto de assentamento ali realizado recebeu o nome de Pirituba II para diferenciá-lo de todas as tentativas anteriores.

Dois anos depois ocorreram outras ocupações. Cerca de 300 famílias reivindicavam novo assentamento. Após vários despejos judiciais, finalmente, em dezembro de 1986, quando a sentença foi favorável ao Estado, as 106 famílias que restaram foram assentadas, ainda de forma emergencial dando origem à área 3 do Projeto de Assentamento Pirituba II.

O processo de conquista da Área 4 teve início em 1988. Várias ocupações foram realizadas em 1989, com despejos violentos. Apenas um ano depois o Estado liberou a utilização de 200 ha para 48 famílias.

Paralelo a essa luta, iniciou-se outra ocupação, em que um grupo – constituído por filhos e parentes de trabalhadores assentados das Áreas 1, 2, 3 e famílias que não conseguiram terras na área 4 – começou a discutir sobre a necessidade de conquistar

mais terras. Após duas tentativas frustradas, fizeram uma terceira e definitiva ocupação, que constituiu o assentamento da área 5 em maio de 1992.

No natal de 1994, outra parte da fazenda é disputada por cerca de 150 famílias, e em fevereiro de 1996 receberam a promessa de serem assentadas. Esta é, portanto, a área 6 do assentamento Pirituba II. Ao longo de vinte anos, os seis grupos conquistaram 6.500 ha da Fazenda Pirituba. As terras remanescentes, estão constituídos por reservas, mananciais e terras de pequenos proprietários.

No que se refere à totalidade da produção no assentamento, sua base é o feijão e o milho para o mercado, e o arroz para autoconsumo. Todas as áreas possuem pecuária de leite, cuja produção destina-se ao consumo interno. Também existe um investimento em pecuária de corte na área 5, que investe em melhoramento do gado. A produção de mel é outra atividade presente na região. <sup>3</sup>

Para o MST a reforma agrária não se resume à distribuição de terras. Ao conquistarem o assentamento, continuam lutando por políticas públicas que contemplem as demandas dos assentados. Dependem, portanto, de financiamento público para a produção, saúde e educação. No que diz respeito à escolarização das crianças e adolescentes desse assentamento, como o Estado está assumindo essa modalidade de ensino? As escolas dos assentamentos estabelecem uma relação dialógica com os assentados de Itapeva?

#### AS ESCOLAS DO LUGAR

A luta pela escolarização das crianças e adolescentes tem ocorrido paralelamente à luta pela conquista e permanência na fazenda Pirituba. Assim, os moradores conseguiram até o momento escolas públicas municipais nas áreas 1, 2 e 3, são escolas que contemplam apenas o primeiro ciclo do ensino fundamental, e atendem crianças das

áreas 4, 5 e 6. O ciclo II do ensino fundamental e o ensino médio realizam-se fora do assentamento, na escola estadual Engenheiro Maia.<sup>4</sup>

Conseguir o acesso à escolarização das crianças e jovens do assentamento é uma parte da luta do MST. Paralelo a isso surge um problema considerado central nos discursos das lideranças do movimento: especificar a proposta pedagógica da escola. Parece que a educação escolar para os membros da regional de Itapeva, deve cumprir um papel importante no sentido de contribuir com a incorporação das memórias do vivido recente e pretérito daquela comunidade.

#### O PROJETO EDUCACIONAL DO MST

A partir de julho de 1998, o movimento entrou no debate sobre o sentido da educação no meio rural, contrapondo-se ao discurso oficial que prioriza uma educação a partir do urbano. O MST em todos os textos sobre educação tem como uma das principais referências pedagógicas as contribuições de Paulo Freire. Mas, em que medida a proposta de educação do campo tem relação com a pedagogia libertadora?

Anteriormente ao debate citado acima, em seus Cadernos de Educação, o MST apresenta um conjunto de formulações e princípios, elaborados a partir das discussões em reuniões, encontros e congressos do próprio movimento. Entre as diversas propostas, destacam-se: *a educação para o trabalho e pelo trabalho*: “a nossa escola precisa se vincular ao mundo do trabalho e se desafiar a educar, também, para o trabalho e pelo trabalho”. É assim que está enunciado no Caderno de Educação nº 9, *Como Fazemos a Escola de Educação Fundamental*. Essa afirmação tem como pressuposto o trabalho como um *princípio educativo fundamental*.<sup>5</sup>

Paulo Sérgio Tumolo considera que essa discussão é recente no Brasil. Informa que são vários os autores, que vêm elaborando e discutindo propostas de educação de acordo com os interesses da classe trabalhadora sob o lema do *trabalho como princípio educativo*, os quais apóiam-se em análises que defendem a centralidade do trabalho na atualidade.<sup>6</sup>

O mesmo autor apresenta uma análise crítica sobre o tema e sugere que é necessário o estudo mais aprofundado da categoria “trabalho produtivo”. Em suas palavras:

A concretização do trabalho concreto (dimensão emancipadora) no capitalismo significa que este está radicalmente subsumido pelo trabalho abstrato e muito mais ainda pelo trabalho produtivo (dimensão destruidora). Por isso, não basta somente anunciar a dupla dimensão do trabalho. É necessário, acima de tudo, explicitar o tipo de relação que elas estabelecem.<sup>7</sup>

Outro autor que também apresenta críticas ao conceito “trabalho”, enquanto categoria central dos currículos escolares, é o pedagogo Vitor Paro.

Assim, preparação para o trabalho tem significado sempre preparação para o mercado, com prejuízos de funções mais elevadas da escola. Isso precisa ser combatido de forma veemente, pois se trata de arrebatam a escola (seus fins e propósitos) das mãos do capital, ou pelo menos fazer o máximo nesse sentido. Essa tarefa envolve, antes de tudo, um repensar global da escola, que ultrapasse visões parciais a respeito do problema. A esse respeito, é preciso verificar até que ponto, mesmo algumas posições ditas “de esquerda”, ao eleger o trabalho como “categoria central” do discurso, não está levando água aos moinhos dos adeptos do livre mercado, pois trabalho nesta sociedade significa trabalho alienado.<sup>8</sup>

As análises de Tumolo (1996) e Paro (2001) contribuem para pensar sobre a proposta de educação do MST. Será que a *Educação para o Trabalho* adquire uma conotação transformadora para a vida dos assentados do sudoeste paulista?

## NOTAS

<sup>1</sup> Doutoranda em História Social (USP) e membro do Laboratório dos Estudos sobre Intolerância (LEI/FFLCH).

<sup>2</sup> Conforme FERNANDES, Bernardo Maçano. *MST: Formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

<sup>3</sup> COSTA, Cyra Malta Olegário da. *Um olhar sobre o processo organizativo em assentamentos rurais: o caso da Fazenda Pirituba*. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

<sup>4</sup> A escola está situada no bairro Engenheiro Maia, próximo à área 3 do assentamento.

<sup>5</sup> O caráter educativo do trabalho é um princípio que está explicitado no Boletim de Educação nº 4. *Escola, Trabalho e Cooperação*. MST/Setor de Educação, maio de 1994. E também no Caderno de Educação nº 8. *Princípios da Educação no MST*. Setor de Educação/MST, Secretaria Nacional do MST, julho de 1996.

<sup>6</sup> As reflexões desses autores não podem ser vistas como se tivessem relacionadas ao do MST. Mas, parecem que estão inseridas no mesmo princípio do trabalho enquanto categoria central nos currículos escolares.

<sup>7</sup> TUMOLO, Paulo Sérgio. Trabalho: categoria sociológica chave e/ou princípio educativo. O trabalho como princípio educativo diante da crise da sociedade do trabalho. In: Revista do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. *Perspectiva – Trabalho e Educação: um Olhar Multireferencial*. Florianópolis, ano 14, n.26, p. 39-70, jul./dez. 1996.

<sup>8</sup> PARO, Vitor Henrique. Pare de Preparar para o Trabalho!!!. In: *Escritos sobre Educação*. São Paulo, Xamã, 2001, p. 25. O autor não apresenta suas análises a partir dos textos do MST. Trata-se de um debate que ocorre no âmbito das universidades, bem como entre os educadores da educação básica do país.